



Maranhão

Escravo, Nem Pensar!

2019/2021





Repórter Brasil

Organização de Comunicação e
Projetos Sociais

Presidente: Leonardo Sakamoto

Conselho diretivo: Cláudia Carmello Cruz (Primeira-secretária), Lúcia Ramos Monteiro (Comunicação), Daniela de Carvalho Matielo (Marketing), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia) e Carolina Falcão Motoki (Projetos sociais)

Conselho fiscal: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

Coordenadores de programas: Ana Magalhães (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis) e Natália Sayuri Suzuki (Escravo, nem pensar!)

Departamento administrativo-financeiro: Marta Elizabete Vieira Santana (coordenadora), Juliana Fuhmann (analista financeira), Neusa Amorin (analista financeira) e Victoria Perino Rosa (assistente administrativa)

Escravo, nem pensar! no Maranhão – 2019/2021

Equipe do programa *Escravo, nem pensar!*

Natália Suzuki (coordenadora), Rodrigo Teruel (analista de projeto), Sofia Chávez (analista de projetos), Lúcia Nascimento (analista de comunicação), Guilherme Vidal (assistente de projeto) e Beatriz Lakatos (assistente de projeto).

Texto: Guilherme Zocchio

Edição e revisão de texto: Lúcia Nascimento

Projeto gráfico e diagramação: Marcela Weigert

Realização: Repórter Brasil e Secretaria de Estado de Educação do Maranhão

Apoio: Organização Internacional do Trabalho e Ministério Público do Trabalho

Parceria: Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán e Comissão Pastoral da Terra

Impressão: Rettec

Tiragem: 2 mil unidades

Distribuição gratuita

*As produções didáticas do programa *Escravo, nem pensar!* estão protegidas pelos artigos 29 e 46 da lei n.º 9.610/1998, que dispõe sobre os direitos autorais no país. Para saber mais sobre as condições de reprodução do material, entre em contato com a Repórter Brasil.*

Sobre o *ENP!*

Coordenado pela ONG Repórter Brasil, o programa *Escravo, nem pensar! (ENP!)* é o primeiro programa educacional de combate ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Desde 2004, previne comunidades socioeconomicamente vulneráveis de violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Seus projetos já alcançaram 548 municípios em 12 estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,5 milhão de pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e contempla metas ou ações de prevenção ao trabalho escravo dos planos estaduais da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins.

Sobre a Repórter Brasil

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate ao trabalho escravo contemporâneo, que afeta milhares de brasileiros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Repórter Brasil

Escravo, nem pensar! no Maranhão:
2019/2021 /Repórter Brasil ; ilustração
Marcela Weigert. -- São Paulo, SP : Repórter
Brasil, 2022.

ISBN 978-65-87690-04-9

1. Direitos humanos 2. Educação -
Maranhão (MA) 3. Trabalho escravo
I. Título.

22-118489

CDD-370.981

Índice para o catálogo sistemático:

1. Brasil : Trabalho escravo : Prevenção e
combate : Educação 370.981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária -
CRB-8/9380

Escravo,
nem pensar!
no Maranhão

2019/2021



Apresentação

“Só fiz pegar minhas coisas e sair à noite, no beijo da BR. Fui para outra fazenda pior. A gente foi obrigado a sair fugido. (...) Todas as cidades onde tu andar, aqui no Maranhão, tem gente do trabalho escravo que conseguiu escapar, porque a maioria que não escapa tá debaixo do chão.”¹

Esse é o relato de um peão de trecho maranhense que perambulou entre garimpos, fazendas e carvoarias do Pará e Maranhão por anos a fio. Ele se perdeu no mundo, rodopiando de violação em violação, sendo usurpado da sua essência humana. Ele se perdeu de si, quando a sua liberdade foi deixada em algum curral onde passou uma noite mal dormida ou quando a sua dignidade derreteu após a ofensa e a ameaça de um patrão, que mais parecia um algoz. Esse é um trabalhador escravizado.

No momento em que escrevo este texto, pelo menos 57 mil trabalhadores e trabalhadoras passaram por situações semelhantes somente no Brasil. De todo esse contingente sem rosto e sem identidade, quase um quarto vem do Maranhão². É muita gente.

Quando começamos o projeto *Escravo, nem pensar!* no Maranhão entre 2015 e 2016, já sabíamos que a maior parte dos trabalhadores escravizados era proveniente desse estado. Por isso fazia sentido que o primeiro projeto de alcance estadual de prevenção ao trabalho escravo, protagonizado pela Repórter Brasil, fosse desenvolvido numa das principais fontes do problema.

O objetivo do projeto era formar educadores da rede pública estadual das regiões socioeconomicamente mais vulneráveis do estado, porque são aquelas em que homens, mulheres e crianças são suscetíveis ao aliciamento e à exploração laboral. Esses educadores seriam os agentes de disseminação de informações acerca do trabalho escravo para trabalhadores, principalmente os mais jovens. Era preciso evitar urgentemente que o maior número de pessoas passasse pela traumática e indelével experiência de trabalho escravo em algum momento de suas vidas.

1. Trecho extraído do vídeo *Depoimento de um trabalhador escravo*. Assista em: <https://bit.ly/3J7uqeH>.

2. O dado compreende 8.339 maranhenses, 21,7% do total de 38.418 trabalhadores resgatados no Brasil desde 2003 (quando foi possível iniciar a apuração da origem dos resgatados) até 2020. Os números são do Ministério do Trabalho e Previdência e foram sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.



A primeira edição foi desenvolvida com êxito: mais de 130 mil pessoas foram prevenidas do trabalho escravo por meio de ações com alunos e professores de 62 municípios maranhenses. Respirando ainda esses resultados, a segunda edição do projeto foi implementada, em 2018, em escolas de outros 67³ municípios, alcançando mais de 220 mil pessoas.

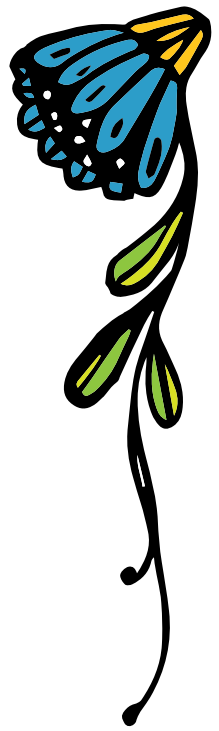
A terceira e última edição do projeto deveria ter acontecido em 2020, encerrando um bonito ciclo em que os números alcançados eram exponencialmente crescentes e a intensidade e energia do trabalho se tornaram imensuráveis. Mas todos nós fomos acometidos pela pandemia e houve muitas perdas: na aprendizagem, na possibilidade de socialização, na capacidade de informar as pessoas sobre direitos e violações e no engajamento social. Perderam-se vidas. Por meses vivemos à espera da normalidade.

Em 2021, vimos que não era possível somente assistir à repetição dos dias encerrados, cuja novidade era quase sempre mórbida. Não era o ideal e nem o desejado, mas decidimos que o que havia de ser feito era dispor da tecnologia e conduzir a última etapa do modo possível: totalmente à distância, mediados por uma tela. Com isso, o *ENP!* reformulou sua metodologia formativa para adequá-la ao mundo virtual e, dessa forma, encerramos o ciclo maranhense de formação. Os resultados, mais tímidos do que o dos anos anteriores, não podem ser desprezados. Foram mais de 23 mil pessoas prevenidas do trabalho escravo por meio das atividades de 78 escolas de 35 municípios. Elas foram gestadas com muito esforço e força pelas comunidades escolares do Maranhão que superaram toda a sorte de dificuldade: a indisponibilidade ou precariedade de equipamentos tecnológicos e da cobertura de internet, o distanciamento social, os déficits de aprendizagem, a evasão escolar, tantas outras violações e a própria morte.

Tenho dúvidas de que a normalidade tenha chegado, mas teimo em acreditar que hoje é melhor do que ontem, porque o amanhã sempre deve ser melhor do que hoje. E, assim, encerramos com a sensação de dever cumprido, mas claramente sem ter contemplado a missão de erradicar o trabalho escravo no Maranhão. Hoje, até 2022, mais de 3,5 mil pessoas foram escravizadas no estado e a maior parte dos trabalhadores explorados no Brasil ainda têm origem maranhense.

É relevante destacar que, apesar de a Repórter Brasil e a Secretaria de Educação serem responsáveis pela execução do projeto, e as Unidades Regionais de Educação, com suas escolas, pelo sucesso dele, uma miríade de atores uniu e articulou esforços para que a ação fosse implementada. Órgãos do poder público e entidades da sociedade civil, a maior parte congregada na Coetrae-MA (Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do

3. *Ao todo, foram alcançados 72 municípios neste projeto, mas exclui-se da somatória cinco cidades abrangidas pela URE São Luís, que já havia participado da primeira edição da ação.*



Maranhão), sediada pela Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedhipop), foram fundamentais para que o estado aderisse à ação. Os projetos contaram com o apoio financeiro e institucional da Organização Internacional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Catholic Relief Service. A sociedade civil local, representada pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, pelo Centro de Defesa de Direitos Humanos de Santa Luzia e pela Comissão Pastoral da Terra, foi responsável por consolidar as ações do projeto nas escolas das regiões onde atuam, ampliando e aprofundando o trabalho preventivo. A Repórter Brasil sente orgulho e privilégio por ter a oportunidade de fortalecer a parceria com essas entidades irmãs de luta mais uma vez.

Nas próximas páginas, veremos como em 2021 as escolas puderam se superar e realizar as suas ações de forma inventiva e corajosa, sempre comprometidas com a prevenção do trabalho escravo.

Aqui, a Repórter Brasil aproveita para agradecer ao estado do Maranhão e a todos aqueles que fizeram parte desse enredo, por tudo o que fizemos juntos ao longo desses anos; nos despedimos até a próxima breve e necessária ação.

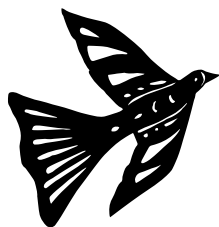
Boa leitura!

Natália Suzuki

Coordenadora do programa

Escravo, nem pensar!

ONG Repórter Brasil



Painel de resultados das edições 2015/2016, 2018 e 2019/2021

	2015/2016	2018	2019/2021	Total das edições
Diretorias Regionais de Educação	7	8	6	19 ⁴
Municípios alcançados	62	72	35	163 ⁵
Escolas engajadas	203	271	78	491 ⁶
Educadores/as	4.911	4.405	1.115	10.431
Estudantes	84.357	109.942	20.388	214.687
Funcionários/as	966	1.787	240	2.993
Pessoas da comunidade extraescolar	41.105	111.766	2.232	155.103
TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS	131.339	227.900	23.975	383.214

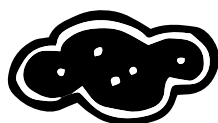
“O programa do Escravo, nem pensar! em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão foi o maior programa de acesso à informação e de prevenção ao trabalho escravo no estado desde a sua implementação, em 2015. O projeto se fez importante durante a execução devido à capilaridade que atingia ao incluir todas as UREs do estado, chegando aos gestores, professores, alunos e toda a comunidade em torno dos municípios. O programa também tem importância porque o Maranhão é o maior exportador de mão de obra escrava do país, sendo um ponto estratégico para o combate ao trabalho escravo nacionalmente.”

Pedro Maciel, secretário-executivo da Coetrae/MA.

4. Exclui-se da soma total a repetição da URE São Luís, que participou das três edições.

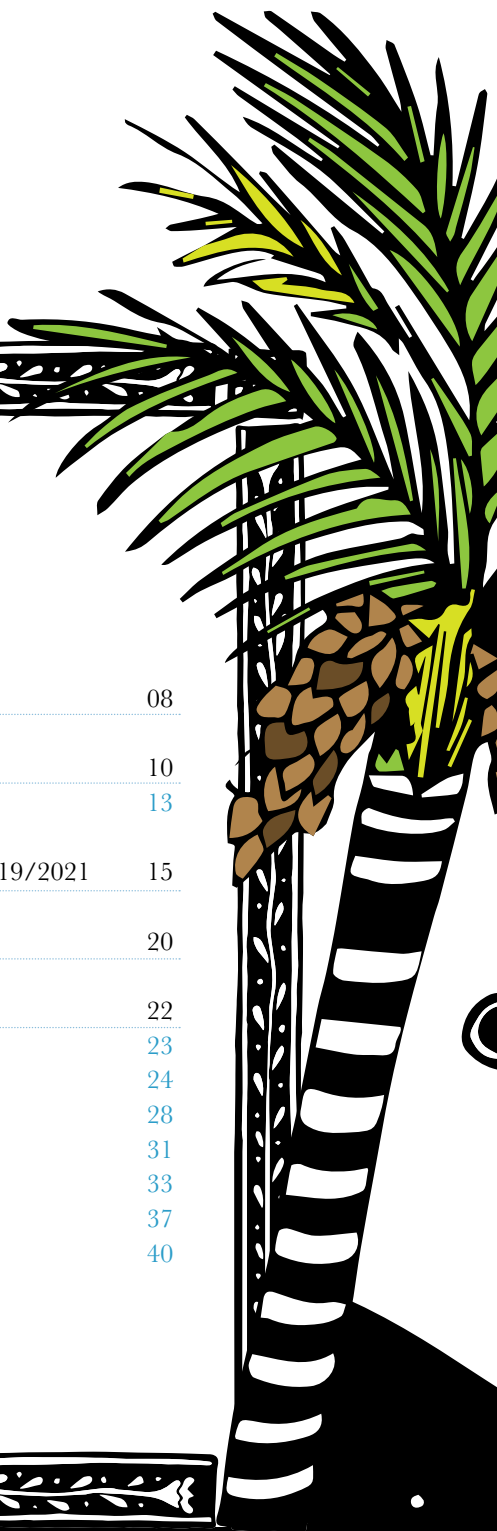
5. O dado total de municípios abrangidos corresponde à soma das três edições, excluindo-se a repetição daqueles compreendidos pela URE São Luís, que participou dos três projetos.

6. O dado total de escolas segue a mesma lógica da coluna de municípios. Excluiu-se do total a repetição de escolas da URE São Luís, que participou de mais de uma edição.



SUMÁRIO

1. O que é trabalho escravo?	08
2. Trabalho escravo no Maranhão	10
2.1. Aliciamento e migração	13
3. Programa <i>Escravo, nem pensar!</i> no Maranhão 2019/2021	15
4. Conquistas	20
5. Experiências educacionais	22
5.1. Unidades Regionais de Educação	23
URE Chapadinha	24
URE Itapecuru-Mirim	28
URE Rosário	31
URE São Luís	33
URE Pinheiro	37
URE Pedreiras	40





GLOSSÁRIO

CE - Centro de Ensino

COETRAE/MA - Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Maranhão

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EE - Escola Estadual

EMPI! - Escravo, nem pensar!

MPT - Ministério Público do Trabalho

OIT - Organização Internacional do Trabalho

SEDUC/MA - Secretaria de Educação do Estado do Maranhão

URE - Unidade Regional de Educação

SEDIHPOP/MA - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular





O QUE É TRABALHO ESCRAVO?

O trabalho escravo contemporâneo é uma grave violação de direitos humanos que acomete a dignidade e priva o indivíduo de liberdade. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149 do Código Penal.



CÓDIGO PENAL

Artigo 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – Reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra a criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



O trabalho escravo dos dias de hoje difere da escravidão dos períodos colonial e imperial, quando as vítimas eram presas a correntes e açoitadas no pelourinho. Os elementos a seguir caracterizam essa violação de direitos humanos.

☉ Trabalho forçado

O trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local por causa de dívidas, violência física ou psicológica ou outros meios usados para manter a pessoa trabalhando. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, dezenas de quilômetros distante da cidade, isolado geograficamente e longe de sua família e de uma rede de proteção. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada, e o trabalhador permanece no serviço com a esperança de, um dia, receber. Há ainda os casos em que os documentos pessoais são retidos pelo empregador, e o trabalhador se vê impedido de deixar o local.

☉ Jornada exaustiva

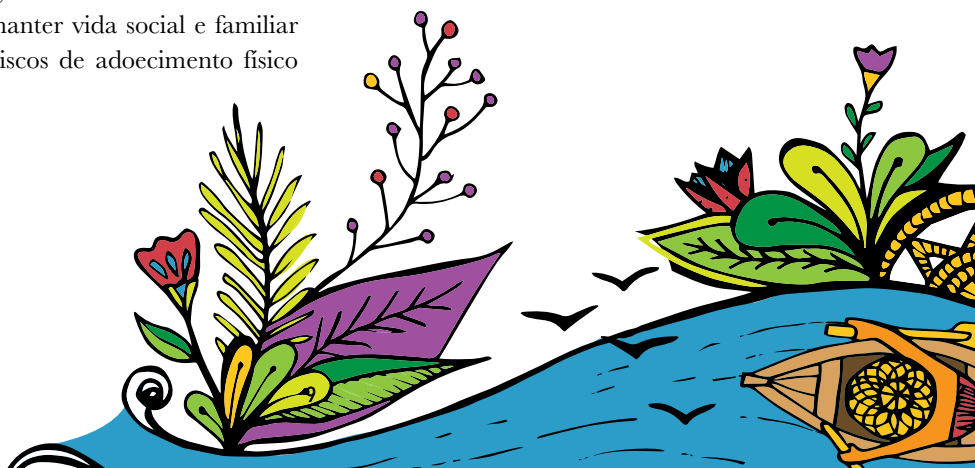
Não se trata somente de um excesso de horas extras não pagas. É um expediente desgastante que coloca em risco a integridade física e a saúde do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para que possa recuperar suas forças. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar e corre mais riscos de adoecimento físico e mental.

☉ Servidão por dívida

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho para “prender” o trabalhador ao local de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e arbitrária para, então, serem descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre endividado. Por uma questão de honra, os trabalhadores permanecem no trabalho, ainda que a suposta dívida seja fraudulenta e se torne impagável.

☉ Condições degradantes

Conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida do trabalhador, atentando contra a sua dignidade. Frequentemente, esses elementos se referem a alojamento precário, péssima alimentação, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável; não raro, são constatadas também situações de maus-tratos e ameaças físicas e psicológicas.





TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

O Maranhão possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil: o estado ocupa a 26ª posição e fica à frente apenas de Alagoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que os maranhenses estão entre os brasileiros que menos têm acesso a escolaridade, renda e saúde. Não à toa, esse é o estado onde mais pessoas são aliciadas para serem submetidas a práticas de trabalho escravo contemporâneo. A desigualdade social e a pobreza, junto à escassa oferta de empregos regularizados, empurram milhares de maranhenses para essa situação.

Desde 1995, ao menos 8.339 trabalhadores do estado foram encontrados em condições análogas às de escravo em diferentes regiões do país. Na história de muitos deles, um roteiro se repete. Um vizinho, conhecido ou representante de empregador oferece uma proposta tentadora: viajar para outra cidade ou estado e trabalhar por alguns meses em um serviço que paga uma quantia de dinheiro convidativa. Depois de aceitar a proposta, esses trabalhadores chegam ao destino e o que encontram é completamente diferente do prometido,

sendo submetidos a situações sub-humanas de exploração.

Essa realidade, infelizmente, ocorre também dentro do próprio estado, para além das situações de migração. Ao menos 3.536 pessoas foram escravizadas no Maranhão, em 206 casos constatados, segundo informações do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em conjunto com a Repórter Brasil. Nesses flagrantes, predominaram os casos de trabalhadores que faziam serviços rurais, mas também foram encontrados casos em ambientes urbanos, principalmente na construção civil.

Esse duro cenário de violações levou as autoridades do estado à ação, e as formações do *Escravo, nem pensar!* se inserem nesse contexto. Além disso, entre os esforços de atores do poder público e da sociedade civil do Maranhão, destaca-se a criação da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae/MA), em 2007, com a produção do primeiro plano estadual para o enfrentamento do problema. Atualmente, ele está em sua terceira edição. Construído em conjunto com a sociedade civil, o plano atual incorpora novas

diretrizes de combate ao tema, como um sistema de monitoramento e gestão, além de padronizar as ações intersetoriais e o atendimento às vítimas.

Somado a esse conjunto de ações, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) ainda promulgou, em março de 2022, um pacto estadual para ampliar o rol de iniciativas contra o trabalho escravo contemporâneo, convidando governos e sociedade civil a atuarem em parceria.



RANKING NACIONAL DE TRABALHADORES ESCRAVIZADOS POR REGIÃO (1995 A 2021)

REGIÃO	CASOS FISCALIZADOS		TRABALHADORES ESCRAVIZADOS	
Norte	960	35,2%	18.164	31,5%
Nordeste	486	17,8%	10.840	18,7%
Centro-Oeste	503	18,4%	13.697	23,7%
Sudeste	204	7,4%	2.638	4,5%
Sul	568	20,8%	12.322	21,3%
TOTAL	2.721	100%	57.661	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

RANKING NACIONAL DE TRABALHADORES ESCRAVIZADOS POR ESTADO (1995 A 2021)

Estado	Trabalhadores escravizados	Casos fiscalizados
Pará	13.371	660
Minas Gerais	7.643	318
Mato Grosso	6.190	225
Goiás	4.414	179
Maranhão	3.536	206
Bahia	3.456	128
Tocantins	3.012	161
Mato Grosso do Sul	2.918	93
São Paulo	2.077	134
Rio de Janeiro	1.719	86
Demais estados	9.325	531
Total	57.661	2.721

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.



OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL (1995 A 2021)

Atividade	Casos fiscalizados		Trabalhadores escravizados	
Pecuária	1.036	38%	17.265	30%
Lavouras	480	1,7%	11.874	20,5%
Carvão vegetal	298	10,9%	4.305	7,4%
Construção civil	173	6,3%	3.428	5,9%
Desmatamento	124	4,5%	2.489	4,3%
Reflorestamento	113	4,1%	1.356	2,3%
Mineração	87	3,2%	1.013	1,7%
Cana-de-açúcar	83	3%	11.187	19,4%
Extrativismo vegetal	68	2,4%	1.351	2,3%
Confeção têxtil	55	2%	657	1,1%
Outras	204	7,4%	2.736	4,4%
Total	2.721	100%	57.661	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO, POR MUNICÍPIO (1995 A 2021)

Posição	Município	Trabalhadores escravizados	Casos fiscalizados
1	Açailândia	711	41
2	Bom Jardim	499	22
3	Santa Luzia	314	16
4	Bom Jesus das Selvas	204	11
5	Codó	191	9
6	João Lisboa	108	5
7	Carutapera	104	7
8	São Raimundo das Mangabeiras	103	1
9	Capinzal do Norte	77	2
10	Peritoró	65	5
	Demais 54 municípios	1.160	87
	Total	3.536	206

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO, POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1995 A 2021)

Ramo de atividade	Trabalhadores escravizados	%	Casos fiscalizados	%
Pecuária	2.509	70,9%	154	74,7%
Lavouras	435	12,3%	18	8,7%
Carvão vegetal	286	8,0%	17	8,2%
Construção civil	221	6,2%	10	4,8%
Extrativismo vegetal	38	1,0%	3	1,4%
Mineração	20	0,5%	1	0,4%
Desmatamento	14	0,4%	2	0,9%
Outros	13	0,3%	1	0,4%
Total	3.536	100%	206	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

2.1. Aliciamento e migração

Os maranhenses estão entre os brasileiros que têm menos acesso a escolaridade, renda e saúde. Não à toa, esse é o estado onde mais pessoas são aliciadas para serem submetidas a práticas de trabalho escravo contemporâneo. Desde 1995, ao menos 8.339 trabalhadores do estado foram encontrados em condições análogas às de escravo em diferentes regiões do país. Isso significa que mais de um quinto de todos os resgatados nesse período (21,7% de um total de 38.418) era maranhense. Essa triste constatação está associada ao contexto socioeconômico do estado, que tem o segundo pior IDH do país. Necessitados e com poucas oportunidades de emprego no Maranhão, além da falta de condições para geração de renda onde residem, os trabalhadores se tornam suscetíveis a ofertas enganosas de serviço em outros estados, sob a promessa de ganhar mais dinheiro do que poderiam conseguir próximo de onde vivem.



*Trabalhadores “escravizados” são todos os trabalhadores que foram encontrados em condições de trabalho escravo pelo poder público.

Nesses casos, pode haver dois grupos de trabalhadores.

Os primeiros são os “resgatados”, que se referem àqueles que foram retirados das atividades laborais onde eram explorados em situação de trabalho escravo.

Com isso, eles recebem as verbas rescisórias, os direitos trabalhistas devidos pelo tempo em que trabalharam no local e o recurso do seguro-desemprego por três meses.

Os demais trabalhadores são aqueles cuja situação laboral é passível de regularização, com a garantia de seus direitos e, portanto, nem sempre o vínculo trabalhista é rompido e, assim, eles se mantêm trabalhando.

RANKING DE ORIGEM DOS TRABALHADORES RESGATADOS* NO BRASIL POR ESTADO (2003 A 2020)

Posição	Unidade da Federação	Trabalhadores resgatados	Porcentagem
1	Maranhão	8.339	21,7%
2	Bahia	3.868	10,0%
3	Minas Gerais	3.585	9,3%
4	Pará	3.157	8,2%
5	Piauí	2.394	6,2%
6	Mato Grosso do Sul	1.977	5,1%
7	Tocantins	1.955	5,0%
8	Pernambuco	1.691	4,4%
9	Goiás	1.681	4,3%
10	Alagoas	1.408	3,6%
	Demais estados	8.363	22,2%
	Total	38.418	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

“Hoje, o Centro de Defesa não concebe fazer um encontro de trabalhadores resgatados do trabalho escravo, atividade que realizamos desde 2014, sem contar com a participação das escolas, seja na arrecadação de cestas básicas para as famílias, seja através de saraus e noites culturais para animar os encontros e levar essa temática [à tona] por meio da arte-denúncia.”

Mariana de La Fuente, secretária executiva do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Cármen Básaran.





PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!

NO MARANHÃO - 2019/21

O principal foco do poder público para coibir a exploração de seres humanos em condições análogas às de escravo tem sido a repressão, desde 1995, quando o país reconheceu a persistência do trabalho escravo no seu território. Para combatê-lo, o Estado brasileiro se dedica principalmente à fiscalização das atividades econômicas envolvendo entes privados ou públicos. No entanto, embora essas medidas sejam fundamentais para coibir a prática, que é crime, não são suficientes para erradicá-la.

Para resolver o problema, é necessário dar um passo além. Cabem às diferentes esferas e níveis estatais as ações de planejamento, articulação e execução de mais políticas públicas. Além de coibir o crime, é importante oferecer assistência para os trabalhadores vulneráveis à exploração análoga à de escravo e encontrar formas de prevenir o aliciamento deles, com o objetivo de evitar que vítimas em potencial sejam submetidas a situações de exploração.

A prevenção ao problema pode ser realizada por meio de processos formativos educacionais, com impactos de curto, médio e longo prazo. Por meio deles, pode-se divulgar informações e promover o debate sobre o tema na sociedade. Esse tipo de ação tem como foco as comunidades

economicamente frágeis, com mais pessoas suscetíveis ao aliciamento para o trabalho escravo. O objetivo é que elas se tornem mais preparadas para enfrentar e denunciar o problema. O programa *Escravo, nem pensar!* no Maranhão é uma das iniciativas que procurou abordar essa chaga social sob a perspectiva da prevenção.

Nas páginas a seguir, apresentamos como o projeto foi implementado em 2021 no estado e mostramos os principais resultados alcançados para prevenir o aliciamento e a exploração. Na sequência, entre as páginas 22 e 40, destacamos as melhores estratégias adotadas por educadores e estudantes para disseminar o projeto nas escolas e em suas comunidades.

O projeto foi realizado pelo programa *ENP!* em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (Seduc/MA) e em parceria com a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Maranhão (Coetrae/MA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDHCB). Também contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Objetivo geral

Diminuir, por meio da educação, o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana do Maranhão.

Objetivos específicos

- Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual do Tocantins para que realizem formações sobre os temas do trabalho escravo e assuntos correlatos com os professores de regiões vulneráveis;
- Mobilizar escolas da rede estadual do Maranhão a desenvolverem atividades educativas com alunos e a comunidade extraescolar sobre prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos.

Público

Gestores e técnicos pedagógicos de seis Unidades Regionais de Educação (UREs): Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Rosário e São Luís.

Período

Agosto de 2019 a dezembro de 2021.

Metodologia

A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação (gestores e técnicos de formação das UREs), para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que o conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros educadores para, então, envolver os alunos. Os alunos, por sua vez, são transformados em pontos focais em suas comunidades sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo. O organograma a seguir ilustra esse processo.

Em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19 a partir de 2020, as atividades de prevenção ao trabalho escravo no Maranhão aconteceram de forma remota, utilizando principalmente a internet. O modelo se diferencia da metodologia empregada nas duas edições do projeto implementadas no estado anteriormente, em 2015-2016 e 2018, quando não havia restrição para formações presenciais.



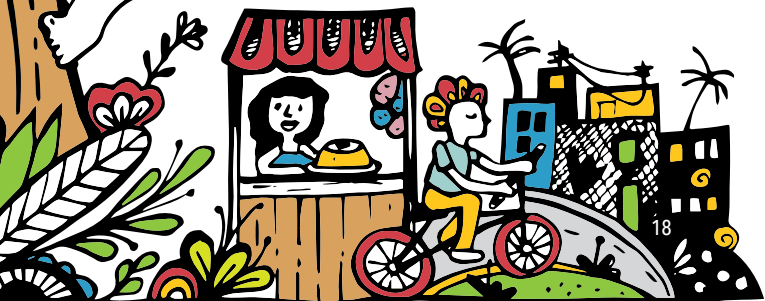
Organograma do projeto





“O Escravo, nem pensar! é um projeto muito importante. Ele vem sendo desenvolvido nas escolas de nossa rede e o maior legado que ele deixa para a educação maranhense é o trabalho de conscientização, pois cada estudante alcançado com a iniciativa é uma voz a mais que se levanta em defesa do debate contra o trabalho escravo. Esses estudantes são vozes que se multiplicam em suas famílias e comunidades, e reforçam a luta no combate a essa mazela que, infelizmente, ainda é uma realidade que fere direitos e a dignidade humana. Sempre fico muito feliz em acompanhar esse importante trabalho realizado em nossas escolas e em ver como os estudantes se envolvem e protagonizam esse debate.”

Felipe Camarão, secretário de Educação do Estado do Maranhão.





UREs e municípios alcançados

Chapadinha

Água Doce do Maranhão
Anapurus
Araioses
Brejo
Buriú
Chapadinha
Magalhães de Almeida
Mata Roma
Milagres do Maranhão
Paulino Neves
Santa Quitéria do Maranhão
Santana do Maranhão
São Bernardo
Tutoia

Itapecuru-Mirim

Anajatuba
Belágua
Cantanhêde
Itapecuru-Mirim
Matões do Norte
Miranda do Norte
Nina Rodrigues
Pirapemas
Presidente Vargas
São Benedito do Rio Preto
Urbano Santos

Pedreiras

Pedreiras

Pinheiro

Pinheiro

Rosário

Axixá
Bacabeira
Cachoeira Grande
Morros
Presidente Juscelino
Rosário
Santa Rita

São Luís

São Luís

Fonte: *Escravo, nem pensar!* com dados da Seduc/MA.



Conquistas

35

Municípios

78
escolas
engajadas

ESCOLA

20.388

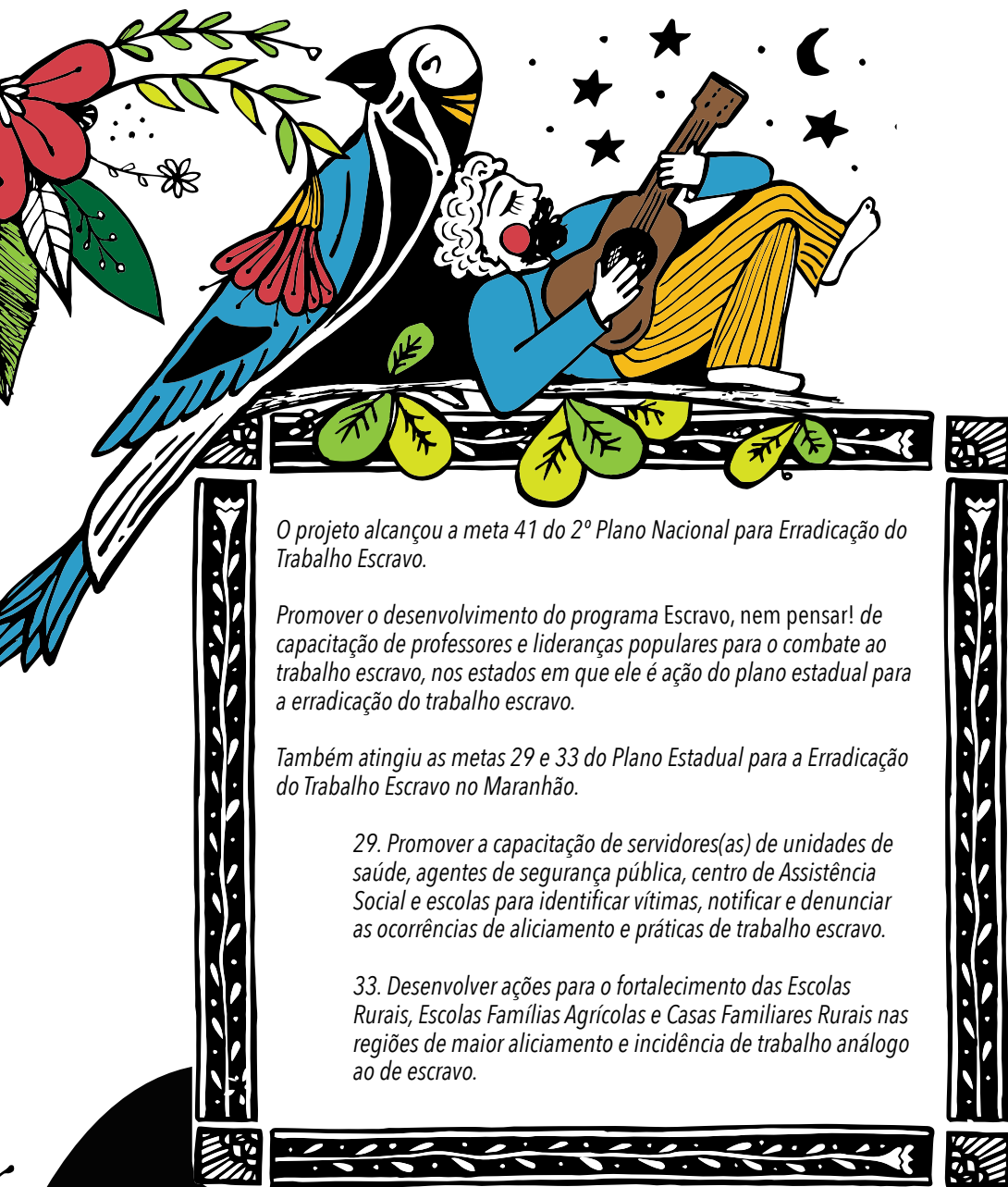
estudantes

1.115 educadores/as

240 funcionários/as

2.232 pessoas de
comunidade extraescolar

23.975 pessoas prevenidas do
trabalho escravo



O projeto alcançou a meta 41 do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Promover o desenvolvimento do programa Escravo, nem pensar! de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do plano estadual para a erradicação do trabalho escravo.

Também atingiu as metas 29 e 33 do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão.

29. Promover a capacitação de servidores(as) de unidades de saúde, agentes de segurança pública, centro de Assistência Social e escolas para identificar vítimas, notificar e denunciar as ocorrências de aliciamento e práticas de trabalho escravo.

33. Desenvolver ações para o fortalecimento das Escolas Rurais, Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais nas regiões de maior aliciamento e incidência de trabalho análogo ao de escravo.

“O Maranhão se encontra hoje na rota do trabalho escravo no Brasil. São trabalhadores e trabalhadoras submetidos a condições degradantes e violentas em diferentes regiões do país, por conta da necessidade. Para combater e prevenir esse crime contra a humanidade, uma ação se destaca: o programa Escravo, nem pensar!, articulado e executado pela Repórter Brasil, em ação conjunta com a Secretaria de Educação do Estado, iniciativa importante que envolve estudantes e professores nas ações de prevenção ao trabalho escravo.”

Francisco Gonçalves, secretário de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, durante a realização das atividades do ENPI!



Experiências Educativas

No Maranhão, as escolas estaduais respondem às Unidades Regionais de Educação (UREs), supervisionadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (Seduc/MA). Para implementar o programa de prevenção ao trabalho escravo, a equipe do *Escravo, nem pensar!* realizou a formação com os servidores das UREs. Estes, por sua vez, assumiram tanto o papel de orientar os educadores das unidades de ensino sobre o trabalho escravo contemporâneo quanto o de acompanhar o desenvolvimento de atividades com os estudantes e a comunidade escolar. Em razão da pandemia de Covid-19, a maioria dos eventos aconteceu de forma remota, em videoconferências *on-line*.

Nas escolas, estudantes e professores assumiram o protagonismo e atuaram como multiplicadores de informações sobre a prevenção ao trabalho escravo. Para isso, uniram a dinâmica de sala de aula com a realização de atividades lúdicas, como a apresentação de espetáculos de dança, teatro e música e a realização de passeatas e de palestras, em eventos que serviram para alertar familiares e vizinhos acerca da ocorrência de casos de trabalho escravo contemporâneo. Em ao menos 35 municípios maranhenses, a comunidade escolar conseguiu trazer à luz a realidade do problema, fazendo com que outras pessoas conseguissem enxergá-lo no seu dia a dia.

5.1. Unidades Regionais de Educação (UREs)

Seis das 19 Unidades Regionais de Educação (UREs) do Maranhão participaram da formação oferecida pelo *Escravo, nem pensar!* em 2021 (Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Rosário e São Luís). Com exceção da autarquia presente na capital, que integrou o programa pela terceira vez, as UREs foram escolhidas com o objetivo de complementar as ações realizadas anteriormente no estado, ampliando assim a cobertura de prevenção ao trabalho escravo na região. A maior parte dessas UREs está em áreas rurais, de comunidades pobres, onde são recorrentes casos de aliciamento para realização de serviços em condições análogas à escravidão. A seguir, destacamos algumas das mais interessantes experiências didático-pedagógicas desenvolvidas pelas regionais e suas escolas⁷.

PAINEL DE RESULTADOS DA EDIÇÃO 2021

Unidades Regionais de Educação	6
Municípios alcançados	35
Escolas engajadas	78
Educadores/as	1.115
Estudantes	20.388
Funcionários/as	240
Pessoas da comunidade extraescolar	2.232
Total de pessoas envolvidas	23.975

7. As ações destacadas não resumem a variedade e quantidade de atividades didáticas realizadas. As experiências aqui narradas merecem destaque por contemplar, pelo menos, um desses indicadores de qualidade: I. inovação e criatividade na concepção e execução de um determinado conjunto de atividades didáticas; II. impacto e repercussão positiva na comunidade extraescolar, disseminando publicamente as informações sobre trabalho escravo; e III. representatividade, pois a unidade selecionada contempla, por meio de sua experiência particular, uma linguagem artística ou solução metodológica empregada largamente por outras escolas pelo estado afora.

“A importância do programa Escravo, nem pensar! se acentua fortemente no Maranhão exatamente por ser um dos estados mais pobres do Brasil, em que boa parte da população convive com diversos tipos de violência já naturalizados em seu cotidiano de forma sistematizada, inclusive o trabalho escravo.”

Virgínia Neves, procuradora do Ministério Público do Trabalho.



URE Chapadinha

ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	14
Unidades escolares	50
Estudantes	16.319
Educadores/as	833
Funcionários/as	155
Comunidade extraescolar	1.892
Total de pessoas prevenidas	19.199

Mídias on-line e off-line para driblar as dificuldades

Dizer que a pandemia atrapalhou o ensino de milhões de crianças e adolescentes pelo Brasil não é exatamente uma novidade. Mas verificar que houve regiões do país mais resilientes a tais dificuldades pode ser surpreendente. Um desses casos de resiliência aconteceu na Unidade

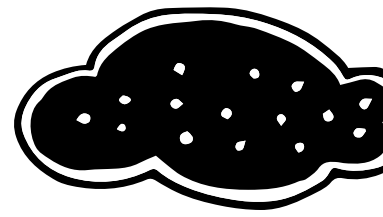
Regional de Educação (URE) de Chapadinha, na região dos Lençóis Maranhenses. Ali, as formações de prevenção ao trabalho escravo, fundamentadas na formação proposta pela equipe do *Escravo, nem pensar!* (ENP!), obtiveram um sucesso exemplar, a despeito das dificuldades.

As mudanças do ensino presencial para o remoto, em razão das medidas sanitárias adotadas para conter a disseminação da Covid-19, foram, sim, um transtorno, mas não tanto quanto poderiam, devido ao planejamento e à organização. Primeiramente, as formações feitas pelos servidores da URE com os professores, ocorridas antes da pandemia, cumpriram o calendário à risca e, assim, conseguiram atingir todas as escolas pertencentes à região — inclusive as situadas na zona rural.

Além disso, os educadores se empenharam para acompanhar a evolução dos estudantes durante o período em que as aulas migraram para as atividades a distância.

No caso das aulas *on-line*, nos municípios em que o acesso contínuo à internet foi possível, os professores disseminaram o conteúdo dos materiais do ENP! não só em sala de aula, mas em mídias sociais, aplicativos de mensagens e em todas as





plataformas ao alcance dos estudantes. Já no caso em que a conexão à rede não foi possível, os alunos receberam materiais impressos com instruções de estudo. Semanalmente, pelo menos dois deles, para evitar aglomerações, reuniram-se com os professores dedicados às atividades sobre trabalho escravo para tirar dúvidas e conversar sobre o avanço das pesquisas com ajuda do conteúdo didático.

Quando a pandemia arrefeceu, com a diminuição dos casos confirmados e das mortes decorrentes da Covid-19, algumas das escolas da URE de Chapadinha realizaram atividades que envolveram a comunidade extraescolar. Em certos municípios, professores e estudantes organizaram passeatas de máscara para alertar a população do entorno sobre o trabalho escravo contemporâneo, e houve grande adesão do público.

“Em algumas cidades, muitas pessoas reconheceram as formas de aliciamento e casos de conhecidos que foram trabalhar em condições análogas às de escravo, em situações nas quais os trabalhadores recebiam a promessa de um bom emprego e viam, ao chegar, que aquilo não era nada do que pensavam”, relembra Maria das Dores Monteles Araujo, técnica pedagógica da URE de Chapadinha.



Formações dos educadores das escolas da URE de Chapadinha | *Repórter Brasil*



Uma rádio comunitária contra o trabalho escravo

Diante das dificuldades para reunir presencialmente os estudantes, em razão da pandemia de Covid-19, os educadores do Anexo Palestina do Centro de Ensino Cândido Mendes, no município de Brejo, recorreram a ferramentas à disposição da população local. Para difundir informações na região, alunos e professores contaram com o apoio da rádio comunitária Novo Horizonte.



Rádio comunitária difunde as informações de prevenção ao trabalho escravo em atividade em parceria com o anexo Palestina do CE Cândido Mendes | Elismar de Carvalho Teixeira

“A gente organizou três idas à rádio para falar sobre o programa *Escravo, nem pensar!* e contar algumas histórias sobre pessoas que saíram em busca de emprego e acabaram entrando numa fria. Por lá, a gente também pedia para, se houvesse algum depoimento nesse sentido, que seria importante a pessoa ir até a escola e contar a sua história”, lembra o gestor do CE Cândido Mendes, Natanael Carvalho de Souza, um dos educadores à frente da iniciativa.

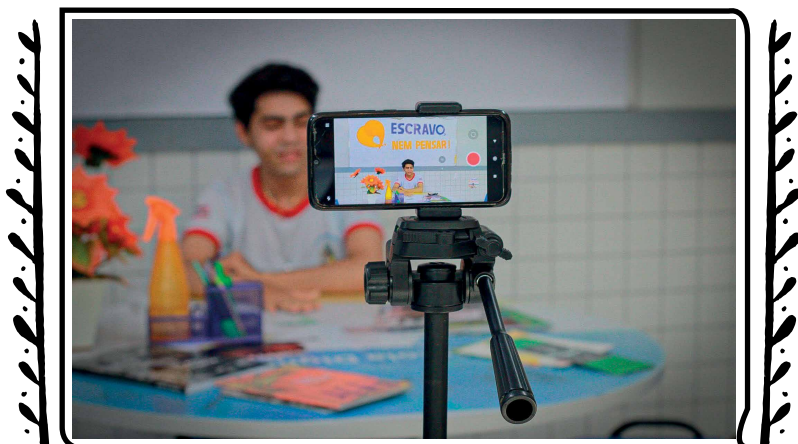
A ideia original era a de ampliar os conteúdos discutidos em aula para a comunidade local. A iniciativa teve sucesso, segundo o gestor, já que, após as transmissões radiofônicas, muitas pessoas no município começaram a relatar casos próprios ou de familiares e amigos que foram submetidos a condições análogas às de escravo.

“Inclusive, tinha um cidadão da comunidade que saiu para trabalhar e sumiu, pensavam que até estava morto, e depois voltou, contando sobre como é ficar isolado em uma região e não ter como entrar em contato com a família”, recorda Souza.



O trabalho com a rádio foi apenas uma das diferentes atividades que a escola realizou. Além dele, alunos e professores organizaram panfletagens, passeatas, palestras na própria unidade de ensino e colagem de cartazes pelo município, alertando sobre os riscos de aliciamento para o trabalho escravo.

Estudantes do CE Cândido Mendes visitam a rádio comunitária Novo Horizonte para divulgar as ações do *Escravo, nem pensar!* em Brejo
| Elismar de Carvalho Teixeira



Estudantes do CE Maria Luíza Novaes Viana produzem vídeo informativo sobre trabalho escravo, em Buriti (MA)
| Repórter Brasil



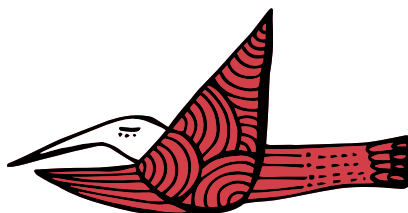
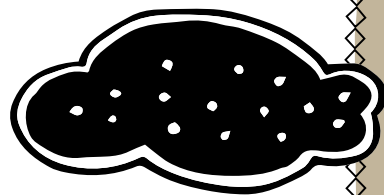
Comunidade escolar do CE Casemiro de Abreu realiza passeata para sensibilizar a população contra o problema, em Tutóia (MA)
| Repórter Brasil



URE Itapecuru-Mirim

ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	11
Unidades escolares	16
Estudantes	2.012
Educadores/as	77
Funcionários/as	47
Comunidade extraescolar	0
Total de pessoas prevenidas	2.136



Coordenação próxima para manter o cronograma

Semana a semana, os servidores da URE de Itapecuru-Mirim realizaram encontros com os coordenadores responsáveis pelos projetos do *ENP!* nas escolas da região. Com essa dinâmica, na qual os educadores puderam tirar dúvidas e apresentar demandas à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (Seduc/MA), as pessoas envolvidas nas atividades de prevenção ao trabalho escravo conseguiram cumprir o cronograma previsto ainda em 2019, quando a formação teve início.

A regularidade dos encontros foi importante até para evitar que as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 atrapalhassem, diante da necessidade de, ao mesmo tempo, manter o distanciamento social e garantir que os estudantes dos ensinos fundamental e médio não tivessem a sua formação comprometida. Para manter o ritmo, os funcionários da URE procuraram se adaptar o mais rápido possível às ferramentas de ensino remoto, como as videoconferências.

A iniciativa foi tão bem sucedida que, assim que as condições epidemiológicas da pandemia arrefeceram, as unidades de ensino de Itapecuru-Mirim conseguiram se reunir em um grande encontro, na sede da regional, para apresentar as atividades realizadas para prevenção ao trabalho escravo. Isso também foi possível, é claro, com o respeito aos protocolos sanitários de segurança, como o uso de máscaras, boa ventilação dos ambientes, distanciamento social e higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel.



Materiais do programa *Escravo, nem pensar!* em exposição durante as atividades realizadas com os educadores-multiplicadores na URE de Itapecuru-Mirim | Repórter Brasil

“Nossas formações foram majoritariamente *on-line*. A gente chegou a ter alguns encontros presenciais de preparação, mas, mesmo com a pandemia, fizemos um grande encontro na URE”, recorda a gestora pedagógica de Itapecuru-Mirim, Gillandia Santos da Silva. “Convidamos todos os gestores e coordenadores, e observamos os protocolos de segurança. O encontro presencial ajudou a reforçar a importância do projeto com os educadores”, ela acrescenta.

Na URE, as discussões ganharam importância especial pelo fato de se tratar de uma região com muitas comunidades pobres em que pessoas são aliciadas para o trabalho escravo. Itapecuru-Mirim, além disso, é aquela que mais reúne escolas quilombolas no Maranhão, com cinco, ao todo, além de ter ao menos 60 áreas certificadas ou em processo de certificação pela Fundação Palmares.

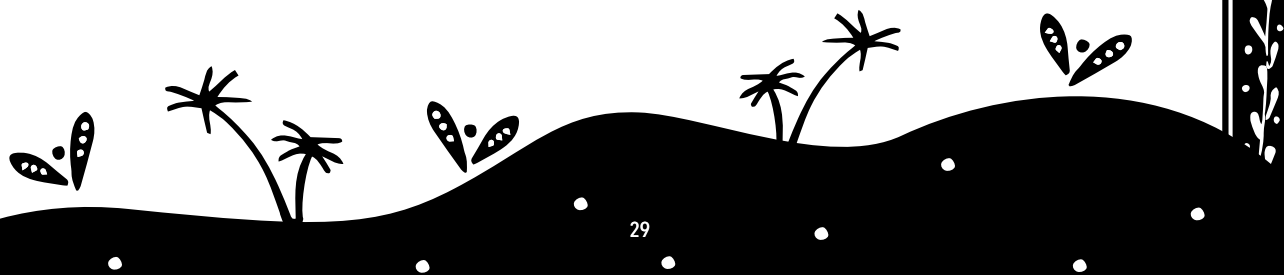


Proteção interseccional às comunidades quilombolas

O nome de Anajatuba, a 120 km ao sul de São Luís, é uma junção de duas palavras em tupi-guarani: “anaju” quer dizer palmeira e “tuba”, em grande quantidade. A abundância desse tipo de vegetação, no local, também serve para representar a grande quantidade de culturas que compõem o município, onde há pelo menos 22 quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares e tradições oriundas da mistura de povos negros, indígenas, holandeses e franceses, habitantes da região ao longo da história do país.

Na cidade, as atividades do *ENP*, organizadas pelo Centro de Educação Quilombola Anajatubense, serviram ao propósito de preservar essa multiplicidade cultural contra violações como o trabalho escravo. Os educadores da escola, de ensinos fundamental e médio, enfatizaram a prevenção ao aliciamento e às outras situações em que há interseccionalidade de condições análogas à escravidão com o desrespeito a outros princípios da dignidade humana.

O plano original era elaborar uma cartilha sobre o tema, mas, com a mudança nas práticas de ensino em razão da pandemia, os professores tiveram que se adaptar. Optaram, então, por realizar palestras com estudantes e a comunidade local.



“Ao trabalhar os problemas de forma integrada, você consegue produzir um efeito positivo na vida dos estudantes, ampará-los e acolhê-los. Aqui no município tem essa figura do gato, a pessoa que leva os outros para o trabalho escravo prometendo uma coisa e entrega outra, muito pior”, comenta a professora de história Maria Celeste de Freitas Santana Lima.

Segundo ela, as atividades escolares tiveram impacto direto nos habitantes de Anajatuba. A professora relata que a multiplicação das formações na comunidade levou até um grupo de pessoas recrutadas para serviços rurais em outro estado a abdicar da iniciativa. De acordo com a professora, os trabalhadores desistiram ainda no ônibus, na rodoviária, porque desconfiaram de que seriam aliciados para trabalho escravo.



Professores participam das atividades formativas de prevenção ao trabalho escravo a fim de difundir o conteúdo nas escolas | *Repórter Brasil*



URE Rosário

ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	7
Unidades escolares	9
Estudantes	1.503
Educadores/as	95
Funcionários/as	24
Comunidade extraescolar	38
Total de pessoas prevenidas	1.660

“No Maranhão, os resultados do Escravo, nem pensar! foram muito bons, mesmo com a pandemia, que atrapalhou alguns planos. Mas o retorno e os resultados que eu recebi, principalmente das UREs que participaram, foi muito bom. Isso causou um impacto significativo na vida das pessoas envolvidas com o programa, porque levou à conscientização e à sensibilização sobre o tema para quem percebe o trabalho escravo no dia a dia.”

Erik Ferraz, oficial de projeto em operação de campo da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Manter a proximidade com os professores

Reuniões objetivas e constantes. Ao manter essa rotina, os servidores da URE de Rosário, em uma cidade que fica a cerca de 70 km ao sul da capital do estado, conseguiram fazer com que um número satisfatório de escolas — e, por decorrência, de professores, estudantes e membros da comunidade escolar — fosse alcançado pelas atividades de prevenção ao trabalho escravo. Durante os encontros, eles estudaram os materiais que receberam do ENP! e escolheram um professor responsável por desenvolver os projetos didático-pedagógicos em cada escola.

Com o percurso e as metas traçadas, o cronograma previa o início das atividades em março de 2020, quando boa parte do currículo já estava sendo lecionado. No entanto, a chegada da pandemia de Covid-19 ao país obrigou os servidores da URE a repensar o calendário escolar e a adequar os projetos, ainda que com prejuízo, para o formato *on-line*. Houve dificuldades, mas o contato próximo com os educadores das unidades de ensino, realizado anteriormente e transferido com sucesso para os meios virtuais, fez com que a região de Rosário executasse as adaptações com êxito.

“A experiência não foi tão incisiva quanto gostaríamos a princípio, não conseguimos atingir todo o objetivo com as aulas *on-line*. Tínhamos programado uma grande série de atividades para as escolas, como passeatas, apresentações, que não puderam acontecer em razão das medidas de distanciamento social adotadas. Mas realizamos outros eventos, como painéis, seminários e palestras. Além disso, contamos com o compromisso de participação dos professores”, conta a técnica pedagógica Maria José da Silva Costa.

Junto do contato próximo com os educadores, outro fator que auxiliou na multiplicação das formações de prevenção foi a recepção da comunidade escolar, envolvendo conhecidos e familiares dos estudantes, segundo Costa. “Aqui no Maranhão a gente convive com esse problema da nova escravidão, que não é a do açoite, mas é a da exploração, de ofertas enganosas de emprego. A gente conhece muito isso no estado, infelizmente. Mas esse conhecimento da realidade tornou bem mais fácil a adesão das escolas”, conclui.

Criatividade a serviço da prevenção

Praticamente todos os professores das disciplinas realizaram algum tipo de atividade abordando o trabalho escravo contemporâneo no Centro de Ensino Joaquim Soeiro de Carvalho, no município de Barreirinhas. O assunto foi dividido entre todas as áreas de conhecimento dos ensinos fundamental e médio, o que permitiu aos estudantes grande liberdade criativa.

Alguns exemplos de atividades se assemelham aos de outras escolas que colocaram em prática o projeto do *ENP!*. Em matemática, os números de pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão no Brasil serviu para a preparação de gráficos estatísticos. Em artes, alunos elaboraram grandes painéis explicando os modos como ocorre a exploração excessiva no ambiente de trabalho.

No entanto, há também casos de estudantes que inovaram de forma surpreendente. “Todos os professores trabalharam o tema. Mas o que realmente me deixou bastante impressionado foram alguns jovens que fizeram um vídeo curto, com um homem deixando a esposa grávida para ir trabalhar em outro estado. Eles mostraram ela ligando para o aliciador e não conseguindo informações sobre o marido. Depois, ela teve que procurar a polícia para saber do paradeiro dele”, lembra o gestor geral da escola, Alberto Gonçalves Amorim.



Professores e funcionários pedagógicos das escolas de Rosário participam do ciclo de preparação e formação para desenvolver as atividades de prevenção ao trabalho com seus estudantes | Repórter Brasil

Segundo ele, a variedade de projetos realizados pelos alunos relaciona-se à identificação do trabalho escravo como um problema real na comunidade de Barreirinhas. “Jovens, muitas vezes, perdem a perspectiva de trabalho quando se formam no ensino médio e aceitam fazer serviços em condições que não são exatamente as melhores. A culminância, com a apresentação das atividades, mostra tudo o que os professores discutiram com os estudantes, e foi muito graficante”, relata o gestor.



ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	1
Unidades escolares	1
Estudantes	90
Educadores/as	20
Funcionários/as	0
Comunidade extraescolar	284
Total de pessoas prevenidas	394



Três vezes não é demais

O ciclo de formação iniciado nas UREs no final de 2019 e realizado nas escolas até o final de 2021 foi a terceira vez em que a regional de São Luís participou dos programas do *Escravo, nem pensar!*. Por fazer parte em mais de uma ocasião, o foco das atividades, neste último momento, foi um pouco diferente dos anteriores. Por um lado, apenas uma escola da região participou do projeto — um número que se deve, em grande parte, às dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19. Por outro lado, isso não significa que os resultados não tenham sido animadores e com impactos mensuráveis na comunidade.

Para dar sequência às formações de prevenção ao trabalho escravo, os educadores vinculados à URE de São Luís utilizaram os materiais do *ENP!* nas tarefas previstas pelas bases curriculares do Novo Ensino Médio. Mesmo com a adoção das práticas de ensino remoto, com o uso de ferramentas de videoconferência, os servidores estaduais continuaram acompanhando o andamento das atividades desenvolvidas pelos professores.

Em sala de aula, a tônica foi abordar o trabalho escravo sob um recorte de gênero e classe, identificando grupos socialmente mais vulneráveis a se tornarem vítimas desse tipo de violação. Nas disciplinas, os professores mencionaram, por exemplo, o caso de meninas negras e pobres que vêm do interior do Maranhão para trabalhar nas casas de famílias da capital, em situações que normalmente incorrem em exploração infantil e no desrespeito aos direitos trabalhistas.



“O que eu acho interessante do programa é o esclarecimento. As pessoas passam a estar em alerta e começam a refletir ou conhecer sobre as leis trabalhistas. Assim, deixam de achar normal ter os direitos desrespeitados. Eu acho que é um trabalho muito importante. Os materiais oferecidos, tanto *on-line* quanto *off-line*, contribuem muito para isso. Por aqui, estamos sempre disponibilizando para as escolas. A linguagem é simples, acessível e muito boa para trabalhar em sala de aula”, comenta a técnica pedagógica Luzimar Pereira.

Os encontros foram, sim, majoritariamente *on-line*, mas isso não impediu uma dinâmica de atividades presenciais. O acúmulo do conteúdo discutido ao longo do ano levou a um encontro presencial em São Luís com a presença de autoridades do governo do estado. No evento, os alunos expuseram o que aprenderam com os materiais do *ENPI*, fazendo diversas apresentações, como uma dramatização sobre a história da exploração laboral, desde a escravidão do passado até o trabalho escravo contemporâneo.



“Do ponto de vista social e político, o Escravo, nem pensar! foi um divisor de águas nas nossas escolas. Toda a comunidade escolar se envolveu no projeto. Nós tratamos o tema de forma muito responsável, priorizando o protagonismo estudantil. Foi importante para o planejamento da escola no sentido de abordar esse tema dentro do âmbito dos direitos humanos, da educação em direitos humanos nas escolas. Portanto, foi um resultado para além do esperado. Envolveu fortemente a comunidade escolar, com o protagonismo estudantil.”

Claudinei Rodrigues, supervisor de Participação Social da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) durante a realização das atividades do *ENPI*.

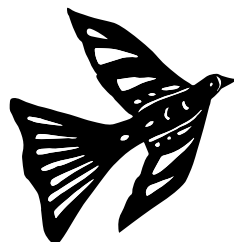
Divisão conforme o período escolar

Para garantir que a abordagem sobre o trabalho escravo no Centro de Ensino Professor Rubem Almeida, em São Luís, fosse a mais abrangente possível, os educadores dividiram o tema em três frentes, deixando cada uma a cargo das turmas de um ano específico do ensino médio. Assim, o primeiro ano estudou a exploração sexual; o segundo, o trabalho escravo doméstico; e o terceiro, os trabalhos rurais e na construção civil.

Segundo a supervisora pedagógica Erta Maria da Fonseca Coelho, a estratégia foi bem sucedida e levou a um grande engajamento dos alunos, que discutiram sobre e se aprofundaram no assunto.

“A gente sente que o projeto atingiu o objetivo a partir do momento que o aluno abraçou aquela temática, e a atividade o convidou a participar e o envolveu na discussão do conteúdo. Teve uma adesão muito grande dos alunos. O maior alcance que obtivemos foi esse, de os alunos se doarem para o momento, diante da importância que eles viram que o assunto trazia”, lembra.

Uma vez que os conteúdos foram tratados ao longo de um ano inteiro, o acúmulo de conhecimentos dos discentes os levou a uma apresentação presencial — em um momento em que as condições epidemiológicas da pandemia estavam mais brandas. A escola organizou um evento de encerramento com alunos dos três anos do ensino médio, que apresentaram uma coreografia estabelecendo as ligações entre os subtemas relacionados ao trabalho escravo que cada turma tinha estudado: a exploração sexual; a escravidão doméstica; e os trabalhos rurais e na construção civil.



Atividades de dança, apresentações performáticas, exibição de cartazes: várias foram as formas que a URE de São Luís utilizou ao trabalhar pela terceira vez no âmbito do ENP! os projetos de prevenção ao trabalho escravo | Erta Coelho





Estudantes das escolas da capital do Maranhão realizam apresentações, danças e performances durante as atividades de culminância do Escravo, nem pensar!
| URE São Luís



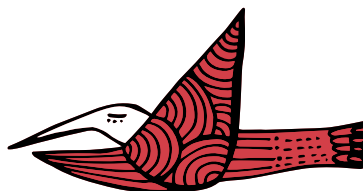
Atividades de dança, apresentações performáticas, exibição de cartazes: várias foram as formas que a URE de São Luís utilizou ao trabalhar pela terceira vez no âmbito do ENPI os projetos de prevenção ao trabalho escravo | Erta Coelho



URE Pinheiro

ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	1
Unidades escolares	2
Estudantes	464
Educadores/as	62
Funcionários/as	14
Comunidade extraescolar	18
Total de pessoas prevenidas	558



Evasão escolar e prevenção ao trabalho escravo

Na URE de Pinheiro, ao menos duas escolas realizaram as atividades previstas pelo *ENP!* com sucesso. No caso delas, ajudou o fato de estarem inseridas em grandes centros urbanos do Maranhão, onde as condições de infraestrutura facilitaram a adaptação ao ensino remoto.

“Aqui, a gente tem uma dificuldade muito grande com evasão escolar e, no modelo remoto, as escolas tiveram um grande número de alunos que saíram”, acrescenta.

Esse aumento da evasão escolar relaciona-se com o aumento da procura por ofertas de trabalho por parte dos estudantes, muitas vezes em vagas com condições inadequadas. A região do estado é uma daquelas em que jovens saem de casa em busca de serviço para ajudar no sustento da família. O destino de boa parte deles é o Pará, onde a demanda por mão de obra nas áreas rurais os empurra para realizar atividades em condições análogas à escravidão.

Na região, a dificuldade para se adaptar ao modelo de educação a distância foi o principal empecilho encontrado para fazer com que mais escolas completassem o cronograma previsto pelo *ENP!*. “Temos estudantes de povoados e, no modelo remoto, eles não tinham acesso à internet e tinham que marcar um dia para pegar as atividades e fazer em casa. E tem outros municípios com povoados em zona rural de ainda mais difícil acesso, temos escolas de agricultores e de quilombolas”, afirma a técnica pedagógica Érica Priscila Ribeiro de Morais.



Começar logo para concluir com sucesso



Bastou os professores do Centro Educamais Dom Ungarelli, em Pinheiro, terminarem o ciclo de formação do *ENP!* com os servidores da URE para, então, já colocarem em prática algumas atividades sobre o trabalho escravo contemporâneo com seus estudantes. Com a ajuda das guias de aprendizagem, os educadores incluíram o tema nas respectivas disciplinas e transmitiram o conteúdo ao longo de todo o ano letivo.

Os professores da escola relatam que, durante as reuniões de preparação pedagógica, ficaram impressionados com a qualidade dos materiais do *ENP!* e, a partir daí, pensaram na melhor forma de trabalhá-los interdisciplinarmente. “Tínhamos um material muito rico para conseguir passar o conteúdo para os estudantes. Eles viram um vídeo e tinham que fazer um quadro comparativo entre as duas formas de exploração do trabalho escravo, a antiga e a atual”, recorda a professora de história Flaviane Costa Sá.



Estudantes do Centro Educamais Dom Ungarelli, em Pinheiro, elaboram atividades na disciplina de história, comparando a escravidão antiga com a moderna
| Flaviane Costa



Para abordar o conteúdo em sala, os estudantes se aproveitaram de diversos materiais. Os educadores os incentivaram a usar os mapas interativos, os cartazes com conceitos e relatos, as ilustrações, além dos próprios sites da Repórter Brasil e do programa *Escravo, nem pensar!*. No final das atividades, eles prepararam textos discutindo o tema.

Como resultado, familiares e conhecidos da comunidade escolar compartilharam relatos de já terem trabalhado em condições análogas à escravidão, ou em situações próximas desse limite. “A gente está no interior do Maranhão, então aqui culturalmente acontece muito de alguém ir trabalhar na casa de uma família, receber comida, vestuário e abrigo, mas não receber salário. Essa é uma realidade que persiste na nossa cidade, além de muita gente que migra para outros estados atrás de trabalho”, diz a professora Costa.



Professores e funcionários das escolas da URE de Pinheiro participam do ciclo de formação para se tornarem multiplicadores das ações de combate ao trabalho escravo | Repórter Brasil



URE Pedreiras

ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	1
Unidades escolares	0
Estudantes	0
Educadores/as	28
Funcionários/as	0
Comunidade extraescolar	0
Total de pessoas prevenidas	28



Repercussão entre educadores

Na URE de Pedreiras, as escolas enfrentaram muitas dificuldades para se adaptar às modalidades de ensino remoto e apenas parte do conteúdo sobre trabalho escravo foi trabalhada nos corpos docente e discente, sem completar o ciclo de formação sobre o tema.

“Houve repercussão, sim, mas não como era para ser, como o planejado. Os educadores não conseguiram se adaptar ao ensino *on-line*. O projeto, no fim, encaixou-se pouco nas aulas, e o material impresso não chegou nas zonas rurais”, reconhece a técnica pedagógica da URE, Maiana Moreno.

“A pandemia desfez todo o nosso planejamento”, afirma a ex-professora de língua portuguesa da Escola

Newton Bello, em Trizidela do Vale, sob a jurisdição da URE de Pedreiras. “É um projeto tão interessante, é uma pena que não foi pra frente”, comenta. Uma das principais dificuldades para o prosseguimento das atividades na escola foi o fato de a unidade de ensino estar em uma área rural, onde a falta de acesso à *internet* dificultou a logística.

Muitos dos professores chegaram até a preparar aulas incluindo discussões sobre trabalho escravo, mas a revisão do cronograma por conta da pandemia fez com que muitas atividades se acumulassem, deixando para trás uma grande quantidade de atividades por realizar.



Formação de professores e técnicos da URE de Pedreiras, no Maranhão, voltada a multiplicar as experiências de combate ao trabalho escravo no estado
| Repórter Brasil

Rede *ENP!* de prevenção ao trabalho escravo no Brasil



- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARÁ
- GOIÁS
- MATO GROSSO
- MARANHÃO
- MINAS GERAIS
- PARÁ
- PIAUI
- RIO DE JANEIRO
- SÃO PAULO
- TOCANTINS

Saiba mais sobre trabalho escravo

 **SITE *ENP!***
www.escravonempensar.org.br

 **LIVRO DIGITAL *ENP!***
www.escravonempensar.org.br/livro

 **YOUTUBE**
/EscravoNemPensar

 **FACEBOOK**
/ONGReporterBrasil

 **INSTAGRAM**
/reporterbrasil

 **TWITTER**
/reporterb

 **AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
DA REPÓRTER BRASIL**
www.reporterbrasil.org.br



Os maranhenses estão entre os brasileiros que têm menos acesso a escolaridade, renda e saúde. Não à toa, esse é o estado onde mais pessoas são aliciadas para serem submetidas a práticas de trabalho escravo contemporâneo. Desde 1995, ao menos 8.339 trabalhadores do estado foram encontrados em condições análogas às de escravo em diferentes regiões do país.

Nos flagrantes dentro do próprio estado, predominaram os casos de trabalhadores que faziam serviços rurais, mas também foram encontrados casos em ambientes urbanos, principalmente na construção civil.

Esse duro cenário de violações levou as autoridades do estado à ação, e as formações do *Escravo, nem pensar!* se inserem nesse contexto. O projeto foi realizado, ao longo do ano de 2021, em conjunto com a Secretaria de Educação do Maranhão (Seduc/MA) e em parceria com a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Maranhão (Coetrae/MA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDHCB). Também contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Realização:



Apoio:



Parceria:

